

REUNIÃO DE CONJUNTURA 18/12/2017

Conjuntura Local

Anos 1950 (Samuel Pessôa – 10/12/2017).....	1
A recuperação continua... lenta (Nelson Barbosa – 08/12/2017).....	2
Se gasto público gerasse crescimento, o Brasil seria uma nação próspera (Alexandre Schwartzman - 13/12/2017).....	3
Modernizar a Justiça do Trabalho (Yoshiaki Nakano - 12/12/2017)	4
Discurso de posse (Fábio Giambiagi - 13/12/2017)	6
Metas de inflação e expectativas (Aloisio Campelo Jr e Salomão Quadros - 05/12/2017)	7
Previdência e segurança – o peso do passado (Pedro S. Malan - 10/12/2017) .	9



Anos 1950 (Samuel Pessôa – 10/12/2017)

É físico com doutorado em economia, ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador associado do Ibre-FGV.

* * *

Nos anos 1950, houve a campanha "O petróleo é nosso!". As esquerdas, a dita classe média (no Brasil os 5% mais ricos) e a opinião pública em geral foram às ruas por essa bandeira.

Nessa época, 7 de cada 10 crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola.

Há anos me pergunto o motivo de a sociedade que se mobilizou pelo petróleo não ter se mobilizado pelas crianças na escola.

Na mesma época construíamos Brasília. Novamente, por que motivo gastamos tanto dinheiro com Brasília tendo 7 de cada 10 crianças de 7 a 14 anos fora da escola? Difícil entender.

É comum as pessoas afirmarem que um assunto não está associado ao outro. Discordo dessa interpretação. Os recursos são escassos. Nós não temos todo o tempo do mundo para tudo. As pautas dizem muito sobre a sociedade: se prioriza o que se considera mais importante.

Termos pautado o petróleo e Brasília e não termos pautado as escolas diz muito sobre nós.

A coisa é mais impressionante, pois nada indicava que Brasília era prioritária. Nada indicava que havia petróleo no Brasil. De fato, relatório de conceituado geólogo americano Walter Link acertadamente sustentava que no Brasil não teríamos petróleo continental, mas que havia chances de petróleo na plataforma marítima.

Levou mais de 25 anos para que conseguíssemos tirar petróleo em quantidade. O petróleo mais caro que existe. Entrementes, algumas gerações de crianças foram criadas fora da escola.

A compulsão no tema do petróleo é expressão de uma forma do complexo de vira-lata. Nós sempre achamos que os gringos estão nos roubando.

É comum esse pensamento com relação aos serviços de utilidade pública. Sempre que o concessionário é uma multinacional, nossa percepção é que a taxa de retorno do negócio é abusiva. Pensamos dessa forma sem nunca nos darmos ao trabalho de calcular a taxa de retorno.

Como lembrou Marcos Lisboa em sua coluna no domingo passado, Marcelo Jourdan há anos fez a conta para a empresa Light, concessionária canadense dos serviços de energia elétrica, transporte urbano e telefonia das cidades de São Paulo e do Rio.

Até 1930 não houve nenhum sinal de lucros excessivos. Com a intervenção do Estado Novo, o retorno baixou, e a empresa foi paulatinamente abandonando o setor, que teve de ser assumido pelo Estado. Desnecessário dizer que a taxa de retorno do investimento em infraestrutura física é muito menor do que a do investimento em educação.

De um lado, tivemos o nacionalismo de um Celso Furtado: os preços dos bens primários tendem a cair, ou as transnacionais cobram lucros excessivos para cá investir. De outro, o bom senso conservador de um Eugênio Gudín: melhor deixar os investimentos pesados, cujo retorno é relativamente baixo, ao capital externo e nos concentrarmos na infraestrutura social. Gudín, "avant la lettre", já notava a importância da educação.

Os anos 1950 são a nossa década mais esquizofrênica: ganhávamos finalmente a Copa, em 1958; o Rio era provavelmente o melhor lugar do mundo para viver, se a pessoa fosse "de classe média"; construíamos Brasília; inventávamos a bossa nova; com 7 de cada 10 crianças de 7 a 14 anos fora de escola. Felizmente melhoramos muito como sociedade.

Na quarta-feira (6) passada, na Livraria Cultura, foi lançado o imperdível "Copacabana", de Zuza Homem de Mello, que conta a história do samba-canção. Boa parte dela se passa no Rio dos anos 1950!

Fonte: Folha de S. Paulo

A recuperação continua... lenta (Nelson Barbosa – 08/12/2017)

Doutor em economia pela New School for Social Research, foi ministro da Fazenda e do Planejamento (governo Dilma).

* * *

O PIB do terceiro trimestre indica que a economia brasileira deve crescer 1% em 2017. A expansão deste ano ainda está muito concentrada na agropecuária, mas isso deve mudar em 2018.

A expectativa é de mais 3% no PIB do próximo ano, puxado por serviços e indústria. Essa recuperação parece razoável à primeira vista, mas ela representa o mais lento crescimento após uma recessão em nossa história recente.

Com base nas mais recentes projeções de mercado, a recuperação de 2017-18 será mais devagar do que após as crises da Grande Depressão (1929-31), da dívida externa (1981-83) e do governo Collor (1990-92), em renda por habitante.

Essa lentidão surpreende quando consideramos que o cenário internacional se tornou bem mais favorável ao Brasil desde 2016, bem como que houve grande expansão parafiscal em 2017, por meio da liberação de recursos do FGTS e do PIS na economia.

Mesmo com esses fatores positivos, teremos um crescimento de apenas 1% em 2017, e isso já não pode ser atribuído somente a problemas anteriores à mudança de governo. Desde maio de 2016 também ocorreram decisões de política econômica que explicam parte da lenta recuperação do PIB.

Primeiro, o BC demorou em reduzir a Selic diante da queda abrupta da inflação, e isso elevou excessivamente nossa taxa real de juro no início de 2017. Felizmente, há reuniões de seis em seis semanas para o Copom corrigir seu erro inicial, o que está acontecendo.

Segundo, após a grande expansão fiscal do final de 2016, o governo Temer começou 2017 com um corte significativo do Orçamento. O resultado foi um efeito sanfona no gasto discricionário, com grande impacto negativo sobre o investimento público no início de 2017.

Assim como o BC, a equipe econômica percebeu seu erro inicial, mudou a meta fiscal e reduziu o contingenciamento nos últimos meses. Essa correção, sozinha, representa 0,3% do PIB deste ano.

Terceiro, houve forte redução da concessão de crédito por parte do BNDES em 2016 (41%) e em 2017 (25%), em cima de um ajuste já realizado em 2015 (27%). A revisão do tamanho e do papel do banco é necessária e inevitável, mas a magnitude da redução sob Temer foi exagerada em qualquer métrica que se use.

O resultado dessa contração creditícia aparece na lenta recuperação do investimento, mas não há perspectiva de reversão da atual "não política" do BNDES no curto prazo. Hoje, a principal função de nosso banco de desenvolvimento é antecipar receita para o Tesouro.

Por fim e mais importante, a incerteza fiscal continua elevada. Mesmo que se aprove a proposta original do governo para reformar a Previdência —o que não acontecerá—, o teto de gastos criado por Temer para os próximos presidentes não se sustenta já na próxima administração.

Quem for eleito em 2018 terá que revisar o limite de gastos e realizar um novo ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas de modo duradouro. A incerteza sobre o

tamanho, a composição e a velocidade desse ajuste gera incerteza e faz com que as empresas adiem novos investimentos até que o cenário fique mais claro.

Teoricamente, a campanha eleitoral poderia diminuir a incerteza fiscal já em 2018, com discussão das reformas necessárias do Orçamento pelos principais candidatos. Na prática, os posicionamentos recentes do PT e do PSDB sobre a reforma da Previdência indicam que o oposto tende a ocorrer até outubro.

Fonte: Folha de S. Paulo

Se gasto público gerasse crescimento, o Brasil seria uma nação próspera (Alexandre Schwartzman - 13/12/2017)

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia.

* * *

O ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa lamenta, em coluna publicada aqui na Folha, a baixa velocidade de recuperação do país na saída da crise, aquela mesma recuperação que afirmava não ser possível sob a política econômica adotada depois de sua saída do ministério, e aquela mesma crise que resultou das escolhas de política econômica que subscreveu durante sua longa estadia como secretário também na Fazenda.

Considerando que em janeiro de 2015 ele previa uma saída rápida da recessão, projeção que voltou a repetir em setembro daquele ano, ecoando, aliás, promessa de 2013, deve estar mais do que claro que não levo a sério nenhum pronunciamento seu. De qualquer forma, sua conhecida honestidade intelectual serve de mote para entender o que vem acontecendo com o país.

Por exemplo, entre os lamentos de Barbosa, destaca-se sua "surpresa" com a lentidão, dado que "o cenário internacional se tornou bem mais favorável ao Brasil desde 2016".

De fato, o FMI estima crescimento global no biênio 2016-2017 de 3,2% e 3,6%, respectivamente, que se compara a crescimento de 3,4% em 2015 e o supracitado 3,2% em 2016.

Já preços de commodities, em que pese melhora recente, são ainda 5% inferiores àqueles que Barbosa encontrou quando se tornou ministro do Planejamento, em 2015, enquanto as taxas de juros mundiais são hoje um pouco mais elevadas do que eram naquele momento.

A verdade é que o cenário global, de maneira geral positivo, não é tão distinto daquele vigente durante a recessão.

Por outro lado, atribui a recuperação proibida à reversão do contingenciamento, adotada em agosto deste ano, muito embora a inflexão da economia tenha ocorrido já no último trimestre do ano passado.

Como sempre, para Barbosa, é o gasto público que impulsiona a economia, mesmo quando os dados da execução fiscal do governo apontem exatamente o contrário.

Por fim, muito embora tenha se mostrado cético quanto à capacidade de as menores taxas de juros estimularem a retomada, afirma que "o BC demorou em reduzir a Selic diante da queda abrupta da inflação, e isso elevou excessivamente nossa taxa real de juro no início de 2017".

Já os dados mostram a taxa real de juros caindo de pouco menos de 7% anuais no último trimestre de 2016 para 5,5% no primeiro trimestre deste ano, 4,5% no segundo, pouco menos de 3,5% no terceiro e cerca de 3% no quarto,

feito que ajuda a explicar o crescimento do consumo, apesar do ceticismo de Barbosa.

Isto dito, é óbvio que a retomada da economia tem sido lenta, ponto que tenho feito repetidas vezes aqui neste espaço, bem como em outros. Em boa parte isso se deve à própria profundidade da crise, que criou imensa capacidade ociosa, fenômeno que deve manter o investimento baixo ainda por alguns anos.

A outra questão é a incerteza fiscal. Ao contrário, porém, do que Barbosa argumenta (o medo da austeridade renovada seguraria o investimento), é o receio do abandono prematuro do ajuste fiscal à luz do quadro eleitoral para 2018 que leva investidores a evitar se comprometer em prazos mais longos.

Se gasto público gerasse crescimento, o Brasil seria uma nação próspera, e Barbosa, o ministro da Fazenda. Tolerar Barbosa como ministro seria preço baixo a pagar pela prosperidade, mas a realidade costuma prevenir esse tipo de absurdo.

Fonte: Folha de S. Paulo

Modernizar a Justiça do Trabalho (Yoshiaki Nakano - 12/12/2017)

Yoshiaki Nakano, com mestrado e doutorado na Cornell University, é professor e diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP).

* * *

A reforma e a flexibilização da legislação trabalhista foi um grande avanço para o Brasil. Sem dúvida, espera-se que permita destravar o crescimento do país, reduzindo as incertezas na relação trabalhista e permitindo novas formas de integração ao mercado de trabalho.

A velha CLT nasceu no momento em que o Brasil dava início a uma arrancada na industrialização. Grande parte dos trabalhadores ainda era de migrantes vindos da área rural. Sem dúvida, representou um grande avanço, uma modernização com a introdução de preceitos de países mais avançados. E aqui é preciso lembrar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e a CLT veio disciplinar o mercado de trabalho apenas meio século depois.

Entretanto, é importante salientar que a antiga CLT está fundada em dois pressupostos que se justificavam na época, mas se tornaram anacrônicos hoje.

De um lado, a ideia de proteção do trabalhador, tendo no fundo um pensamento paternalista e, por que não, também populista. Foi na ditadura Vargas que a CLT foi outorgada. Não foi tanto uma luta política organizada dos trabalhadores brasileiros, mas muito mais dos trabalhadores imigrantes, particularmente italianos, que trouxeram da sua terra natal uma noção mais clara de direitos do trabalhador e uma tradição de luta sindical.

Não é uma conquista de direitos políticos e, a partir desta, o desenvolvimento da noção de direitos trabalhistas que surge a CLT. Na tradição histórica brasileira o Estado outorga direitos trabalhistas, antes mesmo das conquistas políticas e garantia plena de direitos políticos. O Estado foi modernizador visando construir uma sociedade moderna, mas mantendo o controle de cima para baixo da sociedade civil.

Associada à ideia de proteção do trabalhador estava a crença de que, na relação entre o trabalhador e o empresário, aquele era o elo mais fraco que precisava da intervenção do Estado, através da Justiça do Trabalho, para equilibrar o confronto de poder e administrar o conflito social.

É dentro deste conceito que nasceu a Justiça trabalhista brasileira. Assim, cabe a ela proteger o trabalhador. De certa forma, o empresário é sempre o vilão, portanto a relação capital trabalho é tida sempre como conflituosa. Cabe, assim, à Justiça do Trabalho equilibrar a balança, em princípio favorecendo o trabalhador.

A atual reforma trabalhista surge depois de décadas de fortalecimento da organização política e sindical dos trabalhadores. Foram décadas de experiência de negociação em acordos coletivos pelos trabalhadores. Nesta longa experiência, importantes segmentos de trabalhadores e empresários chegaram à conclusão de que é melhor chegar a um acordo do que entrar em conflito aberto, com greves etc, que trazem prejuízos para os dois lados.

Portanto, no novo quadro brasileiro de relações trabalhistas, com consciência de direitos e capacidade de negociação dos trabalhadores, a Justiça do Trabalho também deve ser modernizada e tem que se estruturar nesse novo contexto de um mercado de trabalho moderno e mais flexível.

Se a Justiça do Trabalho não se atualizar temos uma grande contradição nos seus fundamentos com a nova legislação. No conceito anacrônico, o trabalhador recorria à Justiça maximizando suas demandas, reais ou fictícias, com o pressuposto de que a balança da Justiça pendia para seu lado. Assim, o empregador é levado a minimizar a sua proposta. Isto acontece porque o juiz entende que a conciliação se daria no meio, evitando optar pela demanda do trabalhador, que se sabe que está inflada, como a proposta do empresário, que minimizava os seus custos.

Assim, a Justiça do Trabalho ainda se estrutura em pressupostos válidos há mais de meio século. Alimenta não só a multiplicação de ações trabalhistas, e com isso incentivando e aumentando o conflito entre trabalhadores e empregadores, na contramão da evolução histórica das últimas décadas, em que a negociação coletiva passou a ser rotina para a maioria das categorias de trabalhadores.

A Justiça do Trabalho devia fazer exatamente o contrário, estimular a negociações entre as partes para chegarem a um acordo. Isto é perfeitamente possível se seguirmos a experiência de países em que a Justiça do Trabalho é estruturada para diminuir o conflito.

Por exemplo, em países europeus a Justiça do Trabalho, caso trabalhadores e empregadores levem seus desacordos para sua decisão, tem que obrigatoriamente optar pela proposta de uma das partes. Neste caso, os trabalhadores não vão procurar maximizar as suas demandas, pois sabem que se forem fictícias perderão a causa. Simetricamente, os empregadores não vão minimizar os custos, vão fazer propostas realistas se não o fizerem sabem que perderão.

Assim sendo, as propostas tendem a convergir e os juízes têm que analisar e procurar os fatos verdadeiros, optando por quem tiver com a verdade dos fatos. Verifica-se que nestes países as horas perdidas com greves são comparativamente as menores. É melhor negociar e buscar um acordo do que tornar a relação conflituosa e colocar a decisão nas mãos de terceiros.

Com a reforma e flexibilização da CLT, as primeiras estatísticas publicadas já mostram uma queda dramática nos conflitos só pelo fato de o trabalhador que perder ter que pagar as custas. Isso já foi um enorme avanço.

Em suma, falta ainda modernizar a Justiça do Trabalho para termos um sistema coerente ordenando o mercado de trabalho. Assim será possível ampliarmos o nível de emprego, reduzindo as incertezas e ampliando a força de trabalho, incorporando segmentos que não se enquadram na velha e rígida CLT.

Fonte: Valor Econômico

Discurso de posse (Fábio Giambiagi - 13/12/2017)

Fabio Giambiagi, economista, é superintendente da área de Planejamento e Pesquisa do BNDES e coorganizador do livro "Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2010".

* * *

2018 será um ano de eleições. Estas são as linhas gerais que, como cidadão, gostaria que o futuro presidente pronunciasse ao tomar posse. Creio que espelha as aspirações de muitos dos leitores do **Valor**.

"Quero me dirigir aos brasileiros para passar cinco mensagens principais. A primeira -e a mais importante de todas - é uma mensagem de união. Nosso país passou por anos muito difíceis nos últimos tempos. Tivemos o segundo impeachment de um presidente da República entre os quatro cidadãos que foram eleitos para o cargo depois da redemocratização de 1985 e uma disputa política muito tensa nos dois anos e meio que se seguiram a esse episódio.

Hoje creio que é chegado o momento de todos, figurativamente, deporem as armas. Comprometo-me a ser o presidente de todos os brasileiros. Um país não pode se desenvolver se o radicalismo de parte a parte domina as ações de todos. Temos que substituir a guerra de guerrilhas pela conversa e a tentativa sistemática de cercear a ação dos adversários pela negociação. Serei um presidente aberto ao diálogo e me esforçarei por ganhar a confiança de todos.

A segunda mensagem é acerca da gravidade da situação. Vivemos a pior crise fiscal dos últimos 50 anos. O déficit público médio dos últimos 4 anos foi de 9% do PIB. A dívida pública, que era de 52% do PIB em 2013, alcançou aproximadamente 80% do PIB em 2018. O gasto excluindo juros e transferências do governo federal, que em 1991, quando as estatísticas começaram a ser feitas com a metodologia atual, era de 11% do PIB, somou 20% do PIB em 2018.

Por onde se olhe a questão, a dramaticidade do quadro salta aos olhos. O Brasil já sofreu no passado as duas únicas consequências possíveis às quais esse tipo de trajetórias acaba conduzindo cedo ou tarde, na ausência de correções de rota: o descontrole inflacionário ou o "calote" da dívida pública. Não fui escolhido para levar o país a um desses dois destinos e sim pela razão contrária: fui eleito para evitar que um desses desastres aconteça.

Temos que ajustar as contas públicas e vou dizer isso de forma muito clara: trata-se de um desafio urgente e a base disso será a reforma da Previdência. Minha equipe dará a devida prioridade ao tema, desde o primeiro dia de governo.

A terceira mensagem que tenho para compartilhar se relaciona com o tema da produtividade. E neste ponto não podemos tapar o sol com a peneira:

a produção de bens e serviços que cada brasileiro produz em média é muito baixa. Mesmo nos bons anos da década passada, quando o país cresceu bastante, esse crescimento se deu principalmente pela expansão do emprego. Isso foi muito positivo na época porque diminuiu o desemprego, mas quando a disponibilidade de mão de obra se esgota, o país depende do dinamismo da produtividade - e ele é baixo.

Teremos que produzir mais por trabalhador ocupado e isso demanda duas mudanças enormes em relação a como o país funcionou no passado. Primeiro, teremos que dar uma importância muito maior à educação. E segundo, teremos que vencer o desafio de aceitar a competição. Sem encarar esta necessidade de frente, continuaremos a depender do protecionismo e dos favores do Estado - e este está exaurido por décadas de políticas que não cabem mais no orçamento.

A quarta mensagem é um compromisso: o zelo com a coisa pública. A Lava-Jato representou o fim de um ciclo. Sou consciente do significado disso e das demandas enormes que representará sobre a postura dos governantes de agora em diante e prometo não decepcionar a população. Quero, aspiro e pretendo que o Brasil deixe de ser reconhecido pelos seus habitantes e pelo resto do mundo como o país da corrupção e dos escândalos, o que nos enche de vergonha diante de nossos próprios olhos e da comunidade internacional. Precisamos combater essa mancha e irei me empenhar ao máximo na procura desse objetivo.

Por fim, quero deixar uma última, mas não menos importante, mensagem, acerca de algo que se tornou a principal preocupação de muitos brasileiros: o problema da segurança. Depois da redemocratização, esse foi um tema relegado a um segundo plano pelo conjunto das forças políticas que dominaram o país. Poucas coisas são tão importantes hoje para o cidadão comum que recuperar a tranquilidade de ir e voltar de casa para o trabalho e vice-versa sem medo da violência que está à espreita em todas as esquinas do Brasil. Trabalhar em conjunto com as autoridades estaduais, sem distinção partidária, será obsessão para este presidente.

Quero ser cobrado no futuro por estas mensagens. Se a população sentir que terei cumprido com estas palavras, a jornada dos próximos quatro anos terá valido a pena. Faço minhas as palavras do ex-governador Eduardo Campos na sua última entrevista antes de morrer: 'Não vamos desistir do Brasil'. Temos muito a fazer. Obrigado a todos pela colaboração".

Se o novo Presidente tomar posse em 2019 pronunciando algo parecido ao que está acima, estaremos em boas mãos e poderemos ter 4 anos de prosperidade.

Fonte: Valor Econômico

Metas de inflação e expectativas (Aloisio Campelo Jr e Salomão Quadros - 05/12/2017)

Aloisio Campelo Júnior é formado em economia pela PUC-RJ, com diploma em economics for development pela Universidade de Londres (QMW) e mestrado em economia pela FGV. Atualmente é superintendente de Estatísticas Públicas da FGV Ibre.

Salomão Quadros é superintendente adjunto de inflação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e autor do livro " Muito além dos índices - crônicas, história e entrelinhas da inflação".

Parece ser razoavelmente consensual que o regime de metas de inflação colabore para a desejável ancoragem de expectativas, ajudando a reduzir os custos do controle da alta de preços. Mas será que a população brasileira sabe que o Banco Central trabalha com metas de inflação? E mais, que a taxa fixada para a meta em 2017 é de 4,5%?

Para investigar o assunto, a Sondagem do Consumidor da FGV- Ibre incluiu, em outubro de 2017, perguntas que procuraram mapear o grau de conhecimento do brasileiro em relação à existência de uma meta de inflação e, em caso afirmativo, descobrir se ele teria ideia de qual seria esta meta. Os resultados mostram que o conhecimento sobre a meta de inflação no Brasil é ainda muito precário, principalmente nas faixas mais baixas de renda e escolaridade. Vejamos alguns exemplos.

Entre as famílias com renda inferior a R\$ 2,1 mil mensais, 41% dos consumidores afirmam saber da existência da meta. Mas apenas 1% do total soube dizer o valor correto e 10% responderam valores entre 3% e 6%, o intervalo de tolerância para 2017. Outros 5% apontaram algum valor mais distante da meta. O conhecimento sobre a existência da meta sobe com o nível de renda até alcançar 89% dos consumidores com renda familiar superior a R\$ 9,6 mil mensais. No entanto, mesmo nesta classe de renda, em que também é maior o grau de informação, somente 22% cravaram os 4,5% para 2017.

Vale também a ressalva de que a pesquisa é realizada em sete das maiores capitais estaduais. Por não obter informações para o interior, o conhecimento sobre o assunto no país pode ser menor.

A pesquisa sugere, portanto, que uma parcela relevante da população pensa saber mas, na prática, não sabe exatamente o que é e qual seria a meta de inflação brasileira. Sugere também ser possível que uma parcela da população confunda a meta em si com o conceito de intervalo de tolerância.

Apesar de decepcionantes, os resultados brasileiros não são muito diferentes dos obtidos em enquetes similares feitas nos últimos anos em países desenvolvidos. Estas vêm sistematicamente identificando níveis baixos de conhecimento sobre o objetivo dos bancos centrais, sobre a existência de uma meta de inflação ou de valores de referência. Uma pesquisa recente publicada por professores dos EUA e da Nova Zelândia (Kumar et al., 2015) mostrou que a população pouco conhece sobre política monetária ou metas de inflação nestes países. Na Nova Zelândia, por exemplo, o primeiro país a adotar, em 1990, um regime metas de inflação que logo se tornou um dos mais respeitados, a pesquisa apurou que somente 12% dos empresários consultados sabiam corretamente qual seria a meta de inflação naquele país (é de 2%).

Outra informação relevante obtida a partir das respostas individuais dos 1507 consumidores que participaram da enquete brasileira é a constatação empírica de que o conhecimento sobre o regime de metas colabora para tornar as expectativas de inflação mais certas. Como exemplo, em outubro, a mediana das expectativas de inflação para os 12 meses seguintes do consumidor que sabia da existência da meta foi de 5%. A do grupo dos que desconheciam a meta ficou em 8%. Diferenciais semelhantes são encontrados em todas as faixas de renda.

A percepção qualitativa sobre a evolução da inflação nos 12 meses anteriores também foi mais consistente no grupo melhor informado. Cerca de 2/3 dos consumidores que informaram valores entre 3% e 6% para a meta de

2017 perceberam desaceleração da inflação nos 12 meses terminados em outubro. Entre os demais, somente 27% tiveram a mesma percepção.

Além disso, um exercício estatístico com os dados da pesquisa confirmou que para pessoas com os mesmos níveis de renda, escolaridade e outras variáveis sociodemográficas, um maior conhecimento sobre a meta torna as previsões de inflação futura mais alinhadas com as de especialistas.

A despeito dos avanços na comunicação de sua função e objetivos nas últimas décadas, os bancos centrais, especialmente em países onde é notória a carência de educação financeira, têm espaço para avançar na qualidade da ancoragem de expectativas com movimentos apropriados de difusão do conhecimento sobre aspectos relevantes do mundo da inflação, tão áridos para os não especialistas.

Estudo feito pela jornalista Claudia Tavares, da Agência Digit4l, faz uma curiosa descrição do público do Facebook de cada candidato. O de Jair Bolsonaro, por exemplo, é constituído 74% de homens. De longe, é o candidato com o maior público masculino. Bem atrás está Geraldo Alckmin (PSDB) com 53%; Marina Silva, a única mulher pesquisada, tem um público constituído 51% de homens. O universo pesquisado teve 54% de mulheres e 46% de homens.

Fonte: Valor Econômico

Previdência e segurança – o peso do passado (Pedro S. Malan - 10/12/2017)

Economista, foi ministro da fazenda no governo FHC.

* * *

“Os homens fazem sua própria história. Não como bem a entendem, não em circunstâncias por eles escolhidas, mas sob condições dadas e transmitidas pelo passado” Marx, 1852

Nosso passado mostra que nunca se deve subestimar a tendência do público de reivindicar, ao mesmo tempo, impostos baixos e governo grande. E tampouco a capacidade de políticos de atender a essas reivindicações dissimulando a conta e/ou endividando as gerações futuras. É a “tributação dos ausentes”, na feliz expressão de Gustavo Franco.

Este artigo comenta dois casos exemplares, ainda que não raros, de resistência às reformas indispensáveis para que o País possa crescer de forma sustentada, sem o risco de recaídas nas recorrentes armadilhas que armamos, por ações e omissões do governo e/ou da sociedade.

O primeiro são as longas idas e vindas sobre a votação da reforma da Previdência. Trata-se de uma dentre várias reformas que teremos que fazer um dia. Os custos da procrastinação – em termos de crescimento, renda, emprego e percepção de investidores sobre finanças públicas – serão crescentes, para um País que almeja tornar-se rico antes de tornar-se velho. O sistema atual é insustentável – é o que não podem ignorar as pessoas de boa-fé, dotadas de honestidade intelectual, espírito público e algum interesse pela evidência empírica disponível. A população brasileira cresce a uma taxa, declinante, de 0,7% ao ano. A população de aposentados, por sua vez, aumenta a uma taxa, crescente, cinco vezes maior. A reforma é urgente.

A versão da reforma que se encontra na Câmara, deliberadamente diluída em busca de alguma chance de aprovação, afeta menos de 35% dos

trabalhadores; os demais 65% teriam seus “direitos” preservados. O déficit do Regime Geral da Previdência, que atende quase 30 milhões de brasileiros, é hoje de R\$ 178 bilhões – cerca de R\$ 6 mil por aposentado. Já o déficit do Regime dos Servidores Públicos – 1 milhão de pessoas e cerca de R\$ 78 mil por pessoa – é cerca de 13 (treze) vezes superior. A reforma é uma questão de menor regressividade na distribuição de renda – de justiça social.

Em 2018 os gastos com a Previdência deverão crescer R\$ 36 bilhões com relação a 2017. Outros gastos primários terão de ser reduzidos – em áreas-chave como educação, saúde, ciência, cultura e ... segurança pública.

O segundo exemplo que este artigo comenta tem que ver precisamente com essa área: segurança. Há quase dez anos, o livro intitulado *É Possível* apontou a viabilidade da redução expressiva da violência armada, da insegurança e da criminalidade que aterrorizavam populações de grandes áreas urbanas do Brasil. É de minha autoria o texto da quarta contracapa do livro.

“... não é, nunca foi e jamais será fácil envolver as comunidades, os três níveis do Executivo, o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público em ações estratégicas que se mantenham ao longo do tempo: políticas de Estado e não de governos de turno. Sabem também da importância crucial, em quaisquer ações estratégicas, do grau de preparo, profissionalismo, treinamento, capacidade de processar informações e, principalmente, integridade e eficácia das polícias, por meio dos quais um Estado legalmente constituído exerce o que deveria ser – em nosso caso, não o é – o monopólio do uso da violência armada.

Hoje, o poder do Estado em muitas áreas urbanas do País é, de facto, contestado pela bandidagem criminosa, o verdadeiro ‘poder do lugar’ em muitas comunidades e espaços que deveriam ser públicos. A retomada, mesmo gradual, de territórios e espaços urbanos ocupados pela bandidagem armada é, portanto, condição necessária, mas não suficiente, para a redução expressiva de nossos ainda alarmantes indicadores de violência e insegurança urbana. Se você não pretende deixar-se levar pelo desencanto, pela frustração, pelo ceticismo e pela desesperança, leia este livro. Entenderá, com base em experiências reais, que é possível, sem ilusões voluntaristas, apelos messiânicos e excessos e abusos no exercício da autoridade do Estado, mostrar aos bandidos armados que essa é uma longa guerra de muitas batalhas, mas que, ao fim e ao cabo, eles não só não podem ganhá-la, como a estão perdendo – e a perderão.”

Reproduzo esse texto pelas seguintes razões. Primeiro, porque para muitos cariocas a situação na área de segurança pública é hoje muito pior do que então. Nesse sentido, o título do livro e as últimas palavras reproduzidas acima refletiriam esperanças insensatas. Não penso assim – embora deva confessar que ao escrever “e a perderão” deveria ter adicionado “talvez, um dia”.

Segundo, e mais importante, o argumento subjacente ao primeiro dos parágrafos reproduzidos continua válido, e não apenas para a área de segurança pública, mas para a maioria das políticas públicas: ações de Estado, e não do governo do dia. Não apenas do Executivo, mas também dos outros Poderes.

Terceiro, porque nunca será demais recordar: o bom combate não é contra o Estado, é contra certas formas espúrias de sua apropriação, de aparelhamento da máquina pública e de uso indevido das instrumentalidades

do poder para o benefício de partidos políticos, grupos de interesse e/ou enriquecimento pessoal.

A “falência” da segurança pública no Rio é apenas uma das várias facetas da falência múltipla – econômico-financeira, política, e ética – de certos membros dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio. Há muitas lições a aprender. A bandidagem desarmada pode ser tão letal quanto a bandidagem armada, em termos da corrosão do “capital cívico” de um país.

“A sobrevivência da democracia depende da habilidade de um amplo número de pessoas fazer escolhas realistas com base em informações adequadas”, escreveu Aldous Huxley em 1958, revisitando seu clássico Admirável Mundo Novo (1932). Sábias palavras. Parece óbvio. Mas não é. E precisa ser reiterado. Não exclusivamente em ocasiões eleitorais.

Um bom 2018 a todos!

Fonte: Estadão